

PCC e milícias: a busca por lucro e ordem no mercado do crime

Bruno Paes Manso (NEV/USP)

Dois anos depois do massacre de 111 presos no Carandiru, em 1992, o governo do estado de São Paulo mudou sua política penitenciária. Para cumprir a promessa de demolir a prisão que concentrava mais de 7 mil presos no mesmo espaço, palco da maior tragédia da história paulista, o governo passou a construir dezenas de unidades menores, para 700 presos, que se multiplicaram e se espalharam por todo o Estado. O Primeiro Comando da Capital, criado em 1993, um ano após o massacre, soube crescer nesse mundo novo que se formava atrás dos muros e das grades.

Nas celas superlotadas, com verbas públicas insuficientes para a garantia da ordem e dos direitos dentro dos presídios, coube aos próprios presos inventar e estabelecer uma nova forma de governança nessas unidades, que acabou criando normas de relacionamento para orientar o comportamento dos integrantes desses grupos. A partir desse novo controle criado do interior do sistema penitenciário, conforme se consolidava e ampliava o número de integrantes, o PCC passou a desempenhar, no decorrer dos anos, o papel de agência reguladora do mercado criminal paulista, estabelecendo protocolos e regras que tornou esse ambiente profissional e previsível, com menos riscos e perigos para os envolvidos.

A chegada dos celulares no interior dos presídios e o ingresso do PCC no ramo da venda de droga permitiram que essas regras e procedimentos definidos pela rede do PCC passassem a contribuir para a ação de seus integrantes no mercado ilegal de forma mais profissional e lucrativa.

Diminuíram os conflitos e a desordem que haviam marcado os territórios periféricos de São Paulo em decorrência das disputas entre pequenos grupos e quadrilhas por mercado e poder na rede criminal paulista – que promoviam círculos de vinganças de longa duração. A construção dessa governança pode ser identificada na diminuição das taxas de homicídios, a despeito dos avanços das atividades criminais, que se tornaram mais lucrativas e menos violentas e autodestrutivas.

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

Essa nova governança na rede criminal de São Paulo estabelecida pelo PCC e a consequente profissionalização dessas atividades contribuiu para que integrantes da facção alcançassem as fronteiras do continente e acessasse fontes no mercado atacadista de drogas em grandes mercados produtores e distribuidores de droga. A construção dessa autoridade que regulamenta e controla comportamentos e procedimentos individuais a partir dos presídios ajudou, portanto, a transformar atividades do modelo de negócio criminal em São Paulo, que passou a concentrar capital e atividades no atacado das drogas, deixando o varejo em segundo plano, assim como os conflitos territoriais.

No Rio de Janeiro, ao longo de sua história recente, nunca houve um grupo hegemônico a dominar a cena criminal do Estado. Desde o começo dos anos 80, quando o Comando Vermelho passou a atuar no comércio varejista de drogas, o controle dos territórios da cidade e do mercado criminal por grupos armados passou a ser disputado entre grupos rivais, como Terceiro Comando e Amigos dos Amigos, que passaram a estabelecer uma corrida armamentista onde territórios passaram a ser controlados por grupos fortemente armados em disputas constantes.

Os conflitos, que causavam homicídios nos bairros pobres e aterrorizavam a população do Rio com tiroteios e balas perdidas, caracterizaram a dinâmica violenta das disputas por poder e mercado na cena fluminense. Integrantes das polícias passaram a descobrir formas de ganhar dinheiro e poder com esse cenário caótico. Arregos (corrupção paga a autoridades pelo tráfico), venda de armas e munição no mercado paralelo, operações policiais de guerra que passavam para a opinião pública a mensagem distorcida de que o trabalho policial era uma rotina de disputas cotidianas contra um suposto inimigo.

O novo modelo de negócio paramilitar – que passou a ser chamado e conhecido como milícias – surgiu e se fortaleceu a partir dos anos 2000, inicialmente, ao se apresentar como um antídoto para o controle territorial exercido pelos grupos de traficantes. Cresce e se fortalece em corporações historicamente ligadas aos negócios com o crime e a contravenção.

Favorecidos pela participação ativa de policiais, agentes penitenciários e militares, os paramilitares – muitas dessas lideranças eram moradoras da zona oeste do Rio e tinham ligações com as regiões e com associações de moradores locais – que assumiram também a governança nesses territórios, ganhando dinheiro a partir de uma ampla diversidade de receitas em atividades criminosas – entre elas extorsão a moradores e comerciantes, venda de terrenos

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

em áreas protegidas por legislação ambiental, venda de imóveis irregulares, gás, internet, água, cigarro pirata e, com o tempo, também drogas.

Apesar das diferenças, ambos os tipos de grupos – PCC e milícias – se fortaleceram na medida em que conseguiam construir uma autoridade capaz de definir regras, traçar pactos e acordos que definiram um novo padrão de relacionamento entre os integrantes do mercado criminal destas cidades. A tentativa de cumprir esse papel de governança e de agente regulador do mercado criminal é o que assemelha esses grupos, apesar das peculiaridades na forma de construção dessas autoridades e das dinâmicas e das particularidades dos negócios de cada uma delas.

Em ambos os casos, a violência armada aparece como instrumento primordial para que esses grupos exerçam essa autoridade e imponham certas regras entre seus pares e até entre seus competidores. Esses grupos criminosos, portanto, acabam atuando nos espaços de sombra, onde o Estado não consegue ser o fiador de uma ordem legal, ampliando portas para o surgimento e fortalecimento de agências reguladoras nesses espaços.

Coube aos grupos armados como PCC, CV e milícias cumprirem esse papel de definir regras, garantir a ordem e a previsibilidade em espaços e redes onde as instituições do Estado eram frágeis ou ausentes. A autoridade desses grupos, porém, longe de representar o interesse coletivo, passaria a beneficiar sobretudo os interesses dos integrantes dos membros desses grupos e de seus negócios criminosos. Quanto mais frágeis seus rivais, maior sua capacidade de exercer o poder. Quanto mais frágeis as instituições, ou quanto menor o interesse das mediações de atrapalhar as atividades dessa cena criminal, mais forte o poder desses grupos.

Urbanização, crime, violência e ordem

Entre o fim dos anos 50 e começo dos 60 estão os registros da formação dos primeiros grupos de extermínio e esquadrões da morte no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na resposta atabalhoada e criminosa de representantes das instituições do Estado, a violência e o extermínio podiam ser vistos e usados como instrumentos para garantir a segurança e a ordem. As cidades cresciam de forma improvisada, causando sensação de insegurança e medo para uma população amedrontada.

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

Os grupos paramilitares homicidas ganham diferentes formatos, composições e nomes. Dos esquadrões da morte à Scuderie Le Cocq, irmandade de policiais presente em diversas capitais brasileiras, aos vigilantes dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense e os justiceiros das periferias de São Paulo, as histórias dos policiais e sociedade civil em sua sanha de limpeza social e racial como resposta à desordem eram descritas pela imprensa local gerando ao mesmo tempo apoio e indignação – esta última, nunca suficiente para impedir de vez a ação desses e de outros grupos.

As cidades não estavam prontas para lidar com essa transformação concentrada que se iniciou a partir dos anos 40 com um intenso processo de urbanização. A criação de bolsões de pobreza nas periferias e nos morros vai pegar uma sociedade e instituições totalmente despreparadas, o que os levam a agir sem planejamento para lidar com a mudança e tentar controlar os riscos.

O estigma vai orientar as políticas públicas e de segurança. Durante o Regime Militar e depois, ao longo do período democrático, as autoridades investiriam e apostariam no patrulhamento ostensivo nos territórios pobres, vistos como lugares perigosos e sem lei, promovendo um tipo de policiamento centrado no aprisionamento em flagrante de jovens pouco importantes na estrutura criminal e nos homicídios de jovens suspeitos, pobres e negros, moradores dos morros e favelas.

A atuação das forças de segurança e a estratégia da guerra ao crime – fortalecida ao longo dos anos 60 e 70, quando havia disposição para conflitos abertos com os grupos guerrilheiros – teriam um papel decisivo nos rumos das cidades em formação. Mesmo depois do fim da Ditadura, durante a redemocratização, uma das prioridades das forças de segurança era proteger os cidadãos daqueles novos moradores vistos como imprevisíveis e perigosos – e de seus descendentes, herdeiros dos mesmos estigmas.

O crescimento desses bairros gerou sensação de medo e de impotência para lidar com a desordem, trazendo para a realidade urbana medos atávicos que faziam parte da história brasileira, como se o atraso – associado ao contexto rural – não tivesse condições de conviver com o moderno, a não ser mediante um controle violento e ostensivo.

A violência como instrumento de ordem

A ação violenta de grupos paramilitares e de vigilantes contra criminosos e suspeitos convivia nos bairros pobres com a organização política e a pressão articulada de movimentos populares junto a governos democráticos nos anos 80. Em São Paulo, essa dinâmica foi liderada pelos sindicatos e pelas Comunidades Eclesiais de base da Igreja Católica, que serviram para a formação dos partidos populares, como o dos trabalhadores. No Rio de Janeiro, as associações de moradores e os governos democráticos estabeleceram uma relação mais personalista e clientelista, dando margem ao fortalecimento político de grupos e autoridades territoriais.

As políticas públicas nas cidades foram sendo lentamente direcionadas a esses bairros pobres, marcados pela segregação e por desvantagens sociais acumuladas. A presença de equipamentos públicos e a urbanização sempre esbarravam nos limites fiscais e no relativo desinteresse das instituições em enfrentar o problema de forma prioritária.

A ação violenta das polícias e os limites estabelecidos para as perspectivas profissionais e de consumo dos moradores criavam espaços opressivos, que seriam determinantes para a formação das identidades urbanas masculinas violentas, que seria uma entre outras a surgir durante o processo de democratização.

O “Sistema”, dessa forma, deixava poucas alternativas para aqueles inconformados com o destino miserável e previsível que os aguardava. Em vez de abaixar a cabeça e se conformar com as injustiças da vida, o crime surgia como uma forma de confrontar o sistema, mesmo que isso custasse a vida e a liberdade daqueles que optassem por essa trajetória. O ethos guerreiro, nesse sentido, seria uma reação suicida e inconformada produzida pela estrutura social que tratava esses grupos como inimigos, como se os seduzisse a ingressar nesse confronto suicida. Produzia assim um retrocesso civilizacional, a incentivar os indivíduos a bandear para o crime por não aceitar passivamente as injustiças reservadas a eles nas cidades por representantes de um Estado criminoso e que não o representa.

Assim como os bandidos sociais das sociedades camponesas e rurais descritos por Hobsbawm, os bandidos criminosos nas cidades não buscam meramente a obtenção de benefícios materiais com suas ações. Estão dispostos a confrontar o sistema e a sociedade, apavorar os ricos, tensionar as estruturas, numa mistura de raiva e vingança semelhante à dos jihadistas no Oriente Médio e os cangaceiros no Brasil rural do século passado.

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

Ao contrário dos movimentos políticos, reacionários, revolucionários, contudo, esses grupos não propõem um modelo alternativo de sociedade. Querem, acima de tudo, uma forma de reverter a situação de miséria e de subserviência, mesmo que momentaneamente, confrontando e desafiando as regras do jogo. São também conservadores, pensam no presente imediato e não no futuro, não querem mudar a regra do jogo, mas sim desobedece-las. Nesse sentido, se assemelham muito ao cangaço, que cresceu e floresceu na sociedade agrária e decadente do sertão nordestino entre 1870 e 1940.

No caso do cangaço, tão interessante quanto sua longa vigência é seu fim nos anos 40. Acaba junto com a intensificação do processo de migração das zonas rurais para as cidades. Como se a possibilidade de buscar uma outra vida nos grandes centros urbanos aparecesse como uma válvula de escape ao imobilismo das sociedades rurais e afrouxasse as travas e barreiras do sistema agrário local. Como se a chance de arriscar a sorte na cidade abrisse uma nova possibilidade, um outro caminho até então inexistente, para fugir do destino do campo sem a necessidade de enfrentar o risco suicida de afrontar os jagunços e os coronéis à bala.

Em 1940, 69% da população brasileira morava no campo e 31% nas cidades, proporção que se inverteu em 2010. Nada menos do que 84% das pessoas foram viver nos centros urbanos. Essa transformação atingiu profundamente a sociedade brasileira nas esferas social, econômica, política e cultural. Os entraves sociais, as injustiças e as humilhações provocadas pelo “sistema” seriam mais agudas nas periferias das grandes cidades.

Mercado de drogas

A reação violenta dos grupos criminais urbanos, contudo, vai se estruturar aos poucos, diante de uma fonte inesgotável dos lucros vinda do mercado das drogas, um produto amplamente consumido e valorizado no contexto social urbano do pós anos 60. A popularização da cocaína nas cidades depois dos anos 80 aumentou ainda mais o volume de vendas, criando oportunidades de negócios para os empreendedores criminais dispostos a se arriscar.

No mercado de drogas paulista, a venda varejista nunca dependeu do domínio do território. A distância entre os consumidores mais endinheirados levava os vendedores a ter mais flexibilidade para ir até aos pontos de venda fora das favelas, criando estruturas mais

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

flexíveis, bem diferentes dos mercados do Rio, onde o controle dos territórios para a venda varejista determinou a estratégia de vendas.

Em São Paulo, nos anos 80 e 90, quando a cidade era ainda uma das capitais mais violentas do Brasil, as disputas entre grupos nos territórios era uma herança de conflitos de poder entre grupos locais iniciados com os justiceiros, que podiam estar vinculados a grupos de comerciantes, que podiam estar associados a policiais e a diversos empreendedores que podiam ganhar dinheiro com o crime – incluindo o tráfico de drogas.

Os conflitos geravam vinganças e disputas intermináveis que se alimentavam e tragavam para a cena da violência jovens que assumiam os conflitos dos amigos mortos, em ciclos de vingança que pareciam intermináveis e que atingiam diversos territórios principalmente nos bairros mais pobres.

A força do PCC decorre justamente por surgir com uma proposta de mediar esses conflitos autodestrutivos que vinham desestabilizando os territórios e a carreira dos criminosos. O mote “o crime fortalece o crime”, apontando o Estado e os policiais como os inimigos principais, foram a direção apontada para mudar comportamentos e formas de agir nesse mercado. O controle do sistema penitenciário, por onde passam aqueles inseridos nessa carreira, onde a cobrança para o cumprimento das regras podia ser feita de forma efetiva, se mostrou eficiente.

A dinâmica dos conflitos no Rio de Janeiro vai ser diferente. A formação do Comando Vermelho ainda no final dos anos 70 e a estratégia de venda varejista de drogas a partir do controle do território foi se consolidando ao longo dos anos 80 e 90, criando rivalidades importantes, também baseadas nos territórios – como o Terceiro Comando na década de 80 e depois os Amigos dos Amigos nos 90, em configurações que sofriam sucessivas mudanças e promoviam disputas recorrentes.

O policiamento ostensivo, principalmente depois nos anos 90, vai se concentrar em operações policiais nos morros, que promoviam tiroteios e homicídios com armamento pesado e fuzis, chegando a usar tanques e helicópteros. As balas perdidas disparadas nesses conflitos provocavam mortes trágicas, envolvendo crianças e moradores que ficavam no meio do fogo cruzado.

Esse contexto de conflitos abertos entre grupos rivais e policiais no meio da cidade ajudavam a criar na opinião pública a sensação de que a polícia era indispensável para que o Rio não ficasse nas mãos do crime, ampliando o capital político das polícias. Por mais defeitos

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

que tivessem – uso de violência excessiva, ligação com criminosos e contraventores, etc – nenhum governo assumiria o desafio de uma reforma profunda nas corporações sob pena de perder o controle da cidade e do estado.

Uma dessas tentativas, iniciadas em 1999 pelo subsecretário de segurança e antropólogo Luiz Eduardo Soares durante o governo de Antony Garotinho, acabou levando à demissão dele e de seu grupo cerca de um ano depois dos trabalhos terem se iniciado.

Dessa maneira, sob o frágil ou quase inexistente controle das autoridades, muitos policiais podiam seguir ganhando dinheiro no crime. Muitas das armas e munições de calibre pesado eram vendidas para os traficantes com a mediação de policiais e militares. Também faziam parte da rotina os chamados “arregos”, cobrados pelos policiais para permitir a venda de drogas nesses bairros e evitar operações. Cabia ao Estado, sobretudo, conter que a desordem dos bairros pobres transbordasse para os bairros mais ricos e urbanizados.

O governo informal desses territórios – a lei e a ordem local, a mediação de conflitos, e regulamentação de muitos negócios informais – foram sendo assumidos por esses grupos armados que se sustentavam a partir da venda de drogas. Conforme o tempo passava e mais estruturada e racional se tornavam essas redes de comercialização, maior ficava o poder territorial desses grupos.

Essa tensão permanente provocada pelas facções armadas e pelas polícias, que atuava mais como um elemento a acirrar os conflitos em vez de apaziguá-los, vai produzir o contexto apropriado para o surgimento dos grupos paramilitares e de seus modelos de negócio que se popularizariam principalmente depois dos anos 2000. Os paramilitares vão se apresentar como uma solução capaz de impedir o avanço das facções nos negócios que eles dominavam.

O processo é semelhante ao que ocorre em outros países aterrorizados com a violência produzida pelo tráfico de drogas, como México e Colômbia. Os paramilitares tiram proveito deste medo para expandir seus negócios criminosos, ao mesmo tempo que se apresentam para a opinião pública como representantes da ordem contra o crime. Dessa forma, passam a disputar o controle dos territórios com as facções de drogas, contando com a complacência das instituições do estado, que seguem priorizando o combate aos territórios controlados pelo tráfico.

Conclusão

Apesar das diferenças importantes entre as dinâmicas das duas maiores cidades brasileiras, tanto em São Paulo como no Rio os grupos se organizaram para ganhar dinheiro com o crime e para exercer o papel de agência reguladora desses mercados. Agem sobretudo nas brechas deixadas pelo governo, incapaz de garantir o monopólio legítimo da força em defesa das leis e do Estado de Direito. O PCC conseguiu o papel de mediador de conflitos no mundo do crime com relativo sucesso em São Paulo, algo que as milícias ainda não conseguiram no Rio, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos.

Em São Paulo, a força do PCC cresceu em decorrência da frágil presença do Estado no interior dos presídios. São Paulo triplicou suas unidades e chegaria a mais de 170 em 2020. Um milhão de pessoas passaram pelos presídios paulistas ao longo de 30 anos, um sistema que se caracterizava pela quantidade de vagas insuficiente e pela superlotação, falta de recursos para alimentação adequada, sempre complementada pelos jumbos com roupas e alimentos levados pelos familiares dos presidiários.

Para administrar esse barril de pólvora atrás de muros e grades, diante dos limites fiscais do governo paulista, os presídios passaram com o tempo a ser governados pelos próprios presos, a partir da ideologia pragmática e racional do PCC. Quanto mais gente passava pelo interior das cadeias controladas pelo PCC, mais forte se tornava o discurso e a influência dos chefes da facção dentro e fora dos presídios.

Governando o cotidiano de 90% do sistema penitenciário paulistas, segundo dados do próprio Ministério Público paulista, o PCC passou a estabelecer protocolos para relacionamento entre integrantes de atividades criminosas dentro e fora do sistema. As regras eram uma forma de mitigar o sofrimento daqueles que optavam pela carreira criminal, aumentando as possibilidades de lucro no crime e diminuindo a imprevisibilidade proporcionada pela falta de regras e a imprevisibilidade que os conflitos fratricidas entre criminosos proporcionava.

No Rio de Janeiro, a tentativa de governar esse lucrativo mercado criminoso ocorreu principalmente nos territórios. Nos anos 80 e 90, grupos criminosos que ganhavam dinheiro com a venda de drogas disputavam território e mercados. As polícias se aproveitavam para lucrar financeiramente e politicamente dessa imensa confusão.

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

A partir dos anos 2000, os paramilitares passam a entrar nessa disputa territorial e mudam a dinâmica dos conflitos. A boa relação com os batalhões da Polícia Militar, delegacias e com autoridades de segurança permite que eles avancem territorialmente.

Alianças feitas entre as milícias com quadrilhas como o Terceiro Comando Puro tornam o grupo ainda mais forte, tendo como principal inimigo o Comando Vermelho. A união entre paramilitares, Terceiro Comando Puro e governo – que passa a concentrar oficialmente as operações policiais em áreas dominadas pelo comando vermelho – parece direcionar o grupo a uma hegemonia semelhante à vista em São Paulo, o que significaria aumento nos lucros criminais e redução dos riscos.

É uma configuração mais propensa a conflitos por contar com a presença de quadrilhas armadas e rivais, cujo poder e faturamento tendem a crescer com a fragilização do opositor. A diferença com o Rio se tornou marcante principalmente ao longo dos anos 80 e 90. Enquanto no Rio, as diferentes organizações do tráfico desenvolviam seu modelo de negócio a partir do controle territorial armado, em São Paulo o varejo da droga nunca dependeu do controle territorial, já que parte das vendas eram feitas em bares e pontos de venda. Isso não impedia os conflitos nos territórios mais pobres, com pequenos grupos disputando poder de forma violenta, o que tornava a cidade de São Paulo uma das mais violentas do Brasil e do Mundo.

O PCC surge dentro das prisões nesse contexto de autoextermínio. Inicialmente, depois do Massacre do Carandiru, passou a fortalecer seu poder pelo domínio dos presídios ao exterminar os grupos dissidentes nos presídios de São Paulo. A legitimidade dessa nova autoridade vai se relacionar com um discurso sedutor que estabelecia como meta promover a paz no crime, aumentando os ganhos e diminuindo os riscos entre seus participantes.

Os criminosos, segundo esse discurso, em vez de se matarem entre si, deveriam se voltar contra o verdadeiro inimigo dos pobres – o “sistema”, representado na figura das autoridades de segurança, principalmente os policiais militares. “O crime fortalece o crime” era o mote principal do grupo. Esse quadro foi favorecido no caso paulista devido ao fato do modelo de negócio de venda de drogas em São Paulo nunca ter dependido do controle territorial armada dos bairros pobres para a venda varejista.